

O tornar-se sujeito na infância, pensando a questão do “abrigo”.

Vivian de Souza Rolim¹

Lisandra Alves Nascimento²

RESUMO

O presente artigo visa refletir, através de um estudo bibliográfico, alguns aspectos relacionados à institucionalização na infância. São seus objetivos: refletir sobre algumas questões primordiais envolvendo o desenvolvimento inicial da criança, analisar historicamente as instituições destinadas ao acolhimento de crianças em situação de abandono/e ou negligência, e pensar em possíveis contribuições do atendimento psicológico de viés psicanalítico para a ressignificação das histórias de crianças em situação de abrigo, assim como para a abertura de novas possibilidades e sentidos em suas trajetórias de vida. Fez-se importante refletir sobre o recente histórico de abandono infanto-juvenil como parte da história brasileira, desta maneira, pensando também a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente que veio a se constituir somente em 1990. Constata-se que a situação de institucionalização pode ou não oferecer riscos para o desenvolvimento e constituição do sujeito, dependendo de como o ambiente do abrigo irá responder as suas necessidades e particularidades. Para que isto aconteça se percebe a importância do atendimento psicológico como espaço de ressignificação para muitas crianças, mas também não se limitando a ele, pensando em novas formas de contribuição da psicologia para os ambientes de abrigo. Desta forma, se faz necessário um olhar cuidadoso sobre a instituição e os cuidadores, oferecendo espaços de formação e trocas, onde o psicólogo possa atuar como facilitador. Também se faz importante novos estudos sobre as condições das famílias as quais as crianças são afastadas por um motivo ou outro, buscando novas intervenções para que talvez sejam evitadas institucionalizações precoces.

¹Psicóloga, Prefeitura Municipal de Estrela –RS. virstk@gmail.com

² Pedagoga -Especialista em Psicopedagogia, em Gestão do Capital Humano, Mestre em Educação. Atua no CAPSi Pandorga/GHC, é Preceptora do PET Redes de Atenção Psicossocial e Professora da Especialização em Saúde Mental - Escola GHC. nlisandra@ghc.com.br

“artigo entregue como requisito para obtenção do título de especialista em Saúde Mental: Gestão, Atenção, Controle Social e Processos Educacionais da Escola GHC/ IFRS”.

Sugerem-se novos estudos visto que a situação de abrigamento na infância é um tema extremamente vasto e rico a ser refletido

Palavras-chave: Infância. Constituição do Sujeito Psíquico. Abrigamento. Atendimento Psicológico.

Contextualização

Pensar a constituição do sujeito psíquico envolve diversas questões: relação mãe/bebê, função paterna, relações parentais, dentre outras complexidades. O que pensar sobre esta questão quando falamos de crianças que se encontram em situação de “abrigamento”?

O contato da pesquisadora com a temática se deu frente aos atendimentos psicológicos de crianças residentes em um abrigo no interior de um município do Rio Grande do Sul, no qual as crianças são encaminhadas para atendimento na rede de saúde através da necessidade percebida pelas escolas as quais as crianças freqüentam, pelo conselho tutelar ou pelos profissionais envolvidos em seu cuidado na instituição em que se encontram abrigadas.

O abrigo no município é de responsabilidade da administração pública municipal, mais especificamente da Secretaria do Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação, e acolhe crianças e adolescentes em medida de proteção que deve ser oferecida pelo poder judiciário em casos de urgência e emergência. São oferecidas vinte vagas, com uma média de nove crianças acolhidas mensalmente. Atualmente existe a idéia de regionalização deste abrigo a fim de buscar parcerias na região.

O contato com o abrigo é feito através de ligações ou encontros com os profissionais e cuidadores, a fim de se assegurar combinações para a efetivação dos atendimentos e também proporcionar um resgate da história de vida das crianças institucionalizadas, podendo conhecer melhor sua história individual e familiar.

O presente estudo se trata de um artigo de revisão bibliográfica, e teve sua origem a partir do interesse de se compreender melhor os processos envolvidos nessa temática, visando pensar a relação referente à constituição do sujeito frente a algumas questões inerentes à institucionalização na infância.

A partir dos descritores infância e abrigamento foram utilizadas as bases de dados Scielo e Bireme, sendo na primeira encontrados apenas quatro trabalhos

referentes à temática e na segunda treze trabalhos, sendo utilizados apenas dois artigos que se encontravam nas duas bases de dados.

A pesquisa não considerou um período específico nas bases de dados tendo em vista o pouco material encontrado sobre o tema, sendo os demais dados utilizados encontrados em livros, revistas de Psicologia on-line, trabalhos de conclusão e apresentação em seminários, os artigos escolhidos se deram pela proximidade com o tema de interesse, nos quais foram enfocados aqueles que tivessem relação direta com o mesmo.

Donald Woods Winnicott como autor de base se deu pela identificação da pesquisadora e pela importância de seus estudos frente à constituição do sujeito, desenvolvimento infantil e suas relações.

A realização da análise teve como base a Análise de Conteúdo por Bardin (1977) que a define como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens.

Sendo que, para Oliveira (2008), o objetivo principal desta análise pode ser sintetizado em manipulação das mensagens, tanto do seu conteúdo quanto da expressão desse conteúdo, para colocar em evidência indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a mesma da mensagem.

A partir de algumas categorias emergidas no estudo, discutem-se sobre dados relevantes a esta temática encontrados pela pesquisadora. As principais categorias encontradas as quais se reflete são as seguintes: a constituição do sujeito psíquico, tecendo olhares sobre o abrigo e o cuidador e o atendimento psicológico como espaço de ressignificação.

Através da análise de trabalhos já publicados, o artigo busca refletir sobre algumas questões primordiais envolvendo o desenvolvimento inicial da criança, passando, após, para um olhar sobre as instituições destinadas ao acolhimento de crianças em situação de abandono/e ou negligência, e, por fim, se propõe a pensar em possíveis contribuições do atendimento psicológico de viés psicanalítico para a ressignificação das histórias de crianças em situação de abrigamento, assim como para a abertura de novas possibilidades e sentidos em suas trajetórias de vida.

O atendimento às demandas que envolvem a infância e adolescência requer um olhar diferenciado, pensando esta fase de vida como uma fase na qual o desenvolvimento se faz constante e as mudanças são notadas todos os dias, buscar

suas histórias, particularidades, desejos e necessidades é parte essencial desse olhar.

Da mesma maneira, se mostra de extrema importância tomar conhecimento sobre os contextos nos quais as crianças e adolescentes estão inseridos, destacando-se o contexto familiar como base inicial para a constituição e desenvolvimento do sujeito.

Quando uma criança é retirada de seu contexto familiar por algum motivo e desta maneira levada à situação de abrigo, percebe-se em muitos casos que parte de suas histórias de vida parecem ficar encobertas, esquecidas. No atendimento na rede de saúde, nota-se a falta de informações sobre as situações de vida desta criança antes do abrigo, sabendo-se muitas vezes apenas que existiu uma situação de abandono e negligência, que fez com que a mesma fosse afastada da família de origem, sem haver mais informações sobre as relações da criança perante o seu mundo.

Assim, a partir de inquietações surgidas em um Serviço de Psicologia, vinculado a atenção básica em um município do interior do Rio Grande do Sul, procurou-se buscar subsídios para melhor entender este público, conhecendo alguns aspectos que envolvem a criança abrigada, com vista à qualificação dos atendimentos prestados pelos profissionais da Psicologia e também pensando nos demais profissionais envolvidos no cuidado a este público.

A constituição do Sujeito Psíquico

Quando o bebê nasce, a mãe desenvolve um tipo de identificação com a criança que faz com que esta perceba suas necessidades e as satisfaça. Para Winnicott (1975), o bebê se encontra em um estado de indiferenciação em relação à mãe, e se neste momento inicial, ainda não tem capacidade de se distinguir da mesma, ele também não se diferencia do mundo. Com isso, não há ainda a constituição do que costumamos chamar de mundo interno e mundo externo. Tudo, neste momento, está mesclado, havendo apenas uma espécie de fusão mãe-bebê; mãe e filho parecem um só.

Mahler (1982) designa esta fase de simbiose como uma fase evolutiva que antecede a da diferenciação, ou seja, a criança ainda não atingiu a capacidade de fazer discriminações entre o eu e o outro, não conseguiu separar-se e individualizar-se.

Em um primeiro momento é extremamente necessário que isto ocorra, já que o bebê ainda não tem uma estrutura que possa dar conta do mundo que lhe está sendo apresentado. Hoyer (2006) enfatiza que toda criança deva ser adotada de um desejo para que se constitua a filiação, tornado-se verdadeiramente reconhecido neste lugar de filho.

Percebe-se neste momento a importância deste reconhecimento do bebê em sua fragilidade e dependência inicial por parte da mãe, mãe esta que fará os cuidados essenciais tais como: alimentação, higiene... e decodificará os sinais emitidos pelo bebê, afim de ir atribuindo significado e sentido para este novo sujeito.

Neste aspecto, Albornoz (2006) retoma um conceito importante de Winnicott (1988) denominado de *holding*: investimento libidinal, resultante da interação atenta e cuidadosa por parte do adulto que exerce a função materna, o qual levará a criança a constituir uma identidade subjetiva que conterà as marcas dessas relações inaugurais estabelecidas com o mundo externo.

É neste momento também que deve se instaurar a tão importante metáfora paterna, sendo o pai aquele que deve se introduzir na relação mãe e filho com o objetivo de impedir que essa relação fusional se prolongue por muito tempo, obstaculizando o desenvolvimento da individualidade da criança.

Conforme Chemama (2007), a metáfora paterna é entendida pela substituição de significante, a qual um termo ocupa o lugar de outro. Isto é, novos significantes vêm a ocupar o lugar daqueles que representam o desejo da mãe. Para tanto, este movimento, entendido como castração nada mais é do que a outra face do acesso ao desejo, oportunizando que a criança construa novas referências, que irão orientá-la a novos pensamentos e atos.

Levisky, Vasconcellos, Blay et al (1997) afirmam que o pai é o protetor e tem um papel similar ao útero; isto é, faz o limite entre o mundo interno e externo, protegendo a família e dando-lhe condições para sobrevivência. Contudo, o pai só fará parte desta dinâmica, se for introduzido pela mãe, se a mãe permitir. Sendo que a partir dessas interações surgirão os caminhos possíveis e as impossibilidades dos relacionamentos diante de novos objetos.

Bem se sabe que nem sempre esse investimento acontece e que, por inúmeras situações, muitas crianças são privadas de seus lares por não receberem os cuidados considerados suficientes ou “adequados” (alimentação, higiene, afeto, educação...) e, por muitas vezes, sofrerem abusos dos mais variados tipos sejam

eles de ordem física, sexual ou psicológica, estando esta última geralmente associada a todos os outros citados. Também, muitas famílias em outras situações, por diferentes motivos tais como os que envolvem condições emocionais, familiares, econômicas dentre outras, acabam por não conseguir dar conta das necessidades básicas de seus filhos, não se julgando capazes de garantir segurança e cuidado (e muitas vezes talvez não o sejam), o que acaba gerando o abandono e posterior acolhimento por instituições destinadas ao cuidado de crianças em situação de negligência e/ou abandono.

De acordo com diversos autores que se dedicaram ao tema da infância tais como Winnicott (1988), Bowlby (1981) a falta de um cuidado suficientemente bom nos primeiros anos de vida da criança pode vir a causar sérias questões que influenciarão a construção da subjetividade e, portanto, a forma como ela perceberá e reagirá ao mundo futuramente. Podendo pensar-se a partir desta questão o que pode vir a acontecer com crianças acolhidas nas instituições como as casas lar, e, neste trabalho, pensando-se mais especificamente a realidade das crianças acolhidas nos abrigos residenciais, as quais, a princípio, não foram atribuídas de forma satisfatória os primeiros cuidados e investimentos essenciais por parte da família de origem?

Tecendo olhares sobre o abrigo e o cuidador...

A atenção aos desassistidos não significa assistencialismo, nem clientelismo, mas um direito, uma via de enfrentamento, de alteração das desigualdades sociais e satisfação de suas necessidades, não propõe a sujeição do subordinado, mas a construção de sua subjetividade e autonomia. (SOUZA NETO, 2002, p.10)

Para refletir sobre a origem da institucionalização na infância se faz necessário pensar sobre o histórico do abandono infanto-juvenil.

Albornoz (2006) retoma esse histórico no Brasil falando das primeiras embarcações lusitanas por volta de 1530, nas quais muitas crianças embarcavam solitárias, crianças estas oriundas de famílias pobres que em troca de uma pensão autorizavam seus filhos a embarcarem nos navios como serviçais. Nestes trajetos eram expostas as mais variadas privações e violências, sendo que muitas acabavam ficando pelo caminho, no fundo do mar.

As que chegavam ao destino se encontravam nas ruas, sem ter para onde ir e em quem se apoiar, ficando novamente expostas a inúmeras situações de vulnerabilidade.

Dentro desse contexto histórico, também se faz importante retomar a “Roda dos Expostos” ou Casa dos Enjeitados, forma de atendimento à infância abandonada que teve início no Egito e existiu em vários países do mundo nos séculos XVIII e XIX, sendo retomada atualmente na Itália, causando sentimentos diversos entre os profissionais que trabalham com a temática da infância.

A roda dos expostos consistia em um cilindro que tinha um dos seus lados abertos e girava em torno de um eixo vertical, onde mães e pais colocavam o seu filho nesta abertura e giravam e do outro lado uma instituição acolhia a criança, preservando assim o sigilo sobre a identidade dos pais.

No Brasil, a primeira Casa dos Expostos foi fundada em 1726, em Salvador. Em 1842 iniciou-se a prática na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, sendo finalizada apenas em 1940. No ano de 1882 a Roda dos Expostos já existia em todas as províncias do território brasileiro, sendo que, após a promulgação do primeiro código de Menores do Brasil em 1927, transformaram-se em educandários, casas de crianças ou orfanatos, passando do domínio de instituições de saúde, para outras de cunho educativo ou social (STAHLSCHMIDT; CINTRA; SVIRSKI, 2007).

Pensando os abrigos, como se constituem atualmente, foi realizado em 2004 um Levantamento Nacional de Abrigos no qual foram encontrados cerca de 20.000 crianças e adolescentes vivendo em 589 abrigos no Brasil, sendo em sua maioria meninos de 7 a 15 anos, negros e pobres. Os dados mostraram ainda que 87% das crianças e adolescentes abrigados têm família, sendo que 58% mantêm vínculo com seus familiares, sendo também constatado que o tempo de duração da institucionalização pode variar chegando a um período superior a 10 anos (SIQUEIRA; DELL’AGLIO, 2006).

Neste sentido, faz-se importante refletir sobre os aspectos referentes ao papel da instituição e do cuidador que acaba por ir muito além da preocupação com os cuidados básicos destas crianças, envolvendo questões referentes ao desenvolvimento, constituição do sujeito e aspectos familiares e sociais destas crianças e adolescentes.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), balizados pelo capítulo III art.19, os abrigos deveriam assegurar o direito que toda criança e

adolescente tem de ser criado e educado junto a sua família de origem ou família substituta em algumas situações.

Desta forma, o abrigo surge com o intuito de espaço provisório de cuidado e proteção, até que as crianças ou adolescentes possam retornar a suas famílias de origem ou serem destinadas aos processos de adoção.

Entretanto, em nossa realidade observa-se que as discussões e decisões judiciais a cerca das crianças em situação de abrigamento acabam levando muito tempo, o que faz com que crianças e adolescentes permaneçam durante longo período em situação de institucionalização e nos faz remeter ao seguinte questionamento: estariam estas instituições preparadas e amparadas para lidar com um acolhimento que muitas vezes passa a não ser mais de caráter provisório e sim permanente, até que muitas dessas crianças e adolescentes possam adquirir a maior idade e seguirem seus caminhos sem o amparo da instituição.

Bowlby (1981) reforça o fato de que as crianças não são como lousas nas quais se pode apagar o passado, mas seres humanos que em seu íntimo trazem expectativas anteriores e cujo comportamento presente é profundamente afetado pelo que aconteceu antes.

Para Vectore (2008), o contexto do abrigo dever ser cuidadosamente organizado, a fim de possibilitar o desenvolvimento adequado da criança e, para tanto, se constituir como espaço de promoção de vínculos seguros.

O autor também chama a atenção sobre o espaço restrito que a criança acaba tendo para manifestar os seus desejos e necessidades, se fazer ouvida e compreendida, sujeitando-se às rotinas rígidas da instituição e às normas do judiciário, podendo-se pensar assim em um “sujeito sujeitado”.

Arpini (2003) refere que muitas vezes o funcionamento das instituições tende a criar as mesmas dificuldades, sofrimentos e abandonos já vividos por essas crianças e adolescentes, reeditando, assim, a mesma relação que a sociedade estabeleceu com esses sujeitos ao abandoná-los e isolá-los, contradizendo o objetivo pelos quais os abrigos foram criados.

É preciso que se reflita neste momento sobre os principais atores sociais envolvidos no cuidado as crianças e adolescentes no abrigo, sendo estes denominados cuidadores, os quais se tornam responsáveis pelo cuidado e atenção a este público em seu dia-a-dia na instituição.

A inserção de muitas crianças por diversos fatores que envolvem as instituições de proteção à infância e adolescência, famílias e promotorias acaba por muitas vezes sobrecarregar os locais de acolhimento, fazendo com que fique difícil um atendimento mais personalizado a cada sujeito com suas particularidades e subjetividade.

Muitas destas crianças e adolescentes acabam vindo para o abrigo por situações delicadas na família, as quais na maioria das vezes apresentam riscos a sua integridade física e emocional, em alguns casos acontecendo o abandono por parte da família, porém, em outros, se constituindo por determinações judiciais e de instituições vinculadas a sua proteção, não se experimentando muitas vezes outras formas de intervenção frente às famílias.

Na maioria das vezes as pessoas determinadas para o cuidado nas instituições acabam sendo escolhidas pelo interesse no trabalho com as crianças, porém, sem nenhum tipo de preparo para que possam acolher não somente as necessidades básicas das crianças e adolescentes, mas também para que possam compreender o quanto este momento de mudança pode estar sendo doloroso e delicado frente à separação da família de origem, seja por qual motivo ela tenha vindo a acontecer.

Também, pode-se constatar intensa rotatividade de profissionais cuidadores que trabalham nos abrigos, o que pode nos remeter a diversos motivos como condições de trabalho inadequadas, mas também nos faz pensar na delicada condição de cuidar de um outro, o qual está se conhecendo e que como todo ser humano carrega dores, sentimentos bons e ruins, frustrações, e exige olhar e atenção especial desse cuidador, que também terá que lidar com as influências da família e com os sentimentos que ela provoca.

O processo do cuidar transcende as necessidades básicas e para tanto é preciso buscar formas de fortalecimento físico, moral, emocional e psicológico dessas crianças, uma vez que são vitimadas no corpo e na alma. E independente da finalização de cada caso, elas retomarão uma nova etapa de suas vidas, necessitando de segurança e autoconfiança para fazê-lo. Tais aspectos evidenciam a necessidade de um cuidado voltado para prevenção, promoção e manutenção a saúde. (Marques; Cano; Vendruscolo, 2007, p. 38)

Percebe-se, desta maneira, a necessidade de um trabalho voltado também a estes profissionais cuidadores, para que possam resgatar junto às crianças e

adolescentes questões importantes a seu desenvolvimento, através do resgate de histórias, formação de vínculos seguros, fortalecimento de suas potencialidades e processos de resiliência, pensando as crianças e adolescentes como sujeitos em construção, que se constituem e se modificam de acordo com suas relações.

O Atendimento Psicológico como espaço de resignificação: em busca de novos sentidos...

“O sujeito é um ser complexo e misterioso, que sempre se descobre e se encontra na relação entre o eu e o tu”. (SOUZA NETO, 2002, p.31)

Conforme Winnicott (2012), qualquer criança pode sentir-se triste ou perturbada ao ter que deixar seu lar, porém, no caso de uma criança menor, essa experiência pode ser muito mais significativa, causando prejuízos sérios no desenvolvimento que poderiam persistir por uma vida toda.

Percebe-se que algumas crianças e adolescentes conseguem, através da rede de apoio constituída no abrigo, terem plenas condições para expressarem suas potencialidades e seguirem com o desenvolvimento adequado para sua faixa etária, porém, em outros casos, verifica-se a necessidade de ajuda especializada, se inserindo neste momento o papel do psicólogo.

Para preservar a criança e recuperá-la dos efeitos de uma perda, é necessário que lhe ofereça um substituto, para quem ela transferirá seus anseios e sentimentos. Podendo, desta forma, elaborar a perda sofrida e reorganizar sua vida a partir do acolhimento por uma instituição que lhe forneça um cuidado adequado (BOWLBY, 1988 apud ALBORNOZ, 2006 p.41).

Sabe-se que para a Psicologia os papéis de pai e mãe podem ser considerados como funções que não necessariamente exercidas pelos pais biológicos, função materna e função paterna podem ser exercidas por qualquer pessoa que esteja envolvida em sua constituição e cuidado, podendo ser essa pessoa um parente, um profissional de saúde ou um cuidador, em situações de abrigamento podemos pensar que estas funções ficam a cargo das instituições.

Siqueira; Dell' Aglio (2000) salienta que em situações mais adversas na família, a instituição pode ser a melhor saída, pensando em novas oportunidades que possam ser apresentadas neste contexto do abrigamento.

Souza Neto (2002), em seu livro “Crianças e Adolescentes Abandonados” apresenta o abrigo também como espaço possível de subjetivação, no qual os processos de autonomia e resiliência são construídos, juntamente com a formação de valores positivos e a superação de condições de exclusão.

Para isto, podemos refletir em que aspectos os profissionais da psicologia podem estar auxiliando nos processos de criação de espaços saudáveis que promovam a promoção e a prevenção de saúde nos ambientes de institucionalização, pensada como fator que pode ser ou não fator de risco para o desenvolvimento destas crianças.

Trabalhar com crianças em situação de abandono suscita os mais diferentes sentimentos e com certeza meche com nossos próprios medos de abandono enquanto seres humanos, ajudar estas crianças e adolescentes de forma a não julgar as famílias, a não demonstrar sentimentos de piedade e não tomá-las como vítimas de uma sociedade onde as famílias estão fragilizadas, se mostra como um desafio essencial.

Albornoz (2006) define que a psicoterapia psicanalítica, através de técnicas específicas para cada público (criança, adolescente, adulto) e através da análise do relacionamento transferencial e contratransferencial entre paciente e terapeuta, permite o resgate das experiências mais precoces, possibilitando que o paciente as elabore e enriqueça sua personalidade.

A clínica psicanalítica procura concernir à criança objeto de vitimização quais outros destinos lhe são possíveis, quais outras possibilidades ela poderá tomar como sujeito (LAIA, 2001 apud ALBORNOSZ, 2006 p. 56).

De acordo com Souza Neto (2002, p. 25) o comportamento humano não pode se condicionar unicamente pela história das instituições, pois ultrapassa explicações biológicas ou institucionais, defini-se também pela autonomia, desejo, ilusão e desilusão do sujeito.

Através do Holding ele (o terapeuta) estaria acompanhando-a (a criança) neste caminhar de dependência total a independência (nunca completa), auxiliando-a a significar e simbolizar o trauma e ao mesmo tempo a vivenciar situações outras, desta vez estruturantes, de forma a poder lidar com o seu estado de desamparo: não mais como algo devastador e destruidor, mas como a possibilidade de movimento e de busca do mundo e do outro. (SIQUEIRA,1988 apud ALBORNOSZ, 2006, p. 147)

O atendimento psicológico, tal como na experiência da pesquisadora, se faz de extrema importância para muitas situações enfrentadas por este público, porém, podemos pensar que muitas das questões já estavam presentes anteriormente à institucionalização, não sendo este fator principal para a demanda de atendimento.

Nestes atendimentos algumas dificuldades são encontradas tais como a falta de informações importantes sobre as crianças e adolescentes, suas histórias de vida anteriores ao abrigo, seus vínculos familiares, muitas vezes a falta de um profissional de referência para a criança, o que faz com que o atendimento psicológico isolado não dê conta das questões suscitadas na clínica.

Portanto, deve-se refletir sobre outras formas de atendimento oferecidas pelos profissionais da psicologia, além de pensar a criança como sujeito único e diferenciado, pode-se pensar nas particularidades das instituições e dos profissionais que nelas trabalham, principalmente quando se trata dos cuidadores.

Na busca pela temática foram encontrados poucos trabalhos falando sobre o papel da Psicologia frente ao trabalho que não seja referente ao atendimento psicoterápico de crianças e adolescentes institucionalizados, podendo-se pensar em como tem se dado estes espaços de promoção e prevenção dentro das próprias instituições e que tipos de amparo as mesmas tem recebido.

Oferecer apoio institucional poderia ser de grande significado, pensando o funcionamento das instituições, suas regras, rotinas, espaço para a discussão de casos, planejamentos, a fim de pensar juntamente com os profissionais, dentre eles os cuidadores, em formas de cuidado mais saudáveis para as crianças e adolescentes, com objetivo de promover autonomia e protagonismo dos sujeitos, oferecendo segurança e afeto.

Neste espaço, o profissional da Psicologia seria um facilitador destes diálogos, promovendo espaços de escuta e acolhimento aos profissionais envolvidos no cuidado e proteção das crianças e adolescentes em situação de abrigo. Neste mesmo sentido, se faz importante os cursos de formação, os espaços de troca entre os profissionais da instituição e também com a rede dos municípios.

Algumas considerações possíveis...

A partir das discussões realizadas frente aos aspectos relacionados à constituição do sujeito, o abrigo e o papel do atendimento psicológico, podem-

se constatar inúmeras questões relevantes às inquietações levantadas pela pesquisadora no estudo.

Pensar as crianças e adolescentes institucionalizados remete ao questionamento das instituições e dos profissionais envolvidos no atendimento a temática, dentre este aspecto também se suscitando diversas questões.

Primeiramente, pode-se refletir sobre o histórico de abandono infanto-juvenil como parte integrante da história do Brasil, porém, a partir da recente constituição de espaços, instituições, com o objetivo de acolher às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, assim como, com a construção do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, passaram-se algumas décadas a partir das quais a criança começou a ser pensada como sujeito de direitos a serem respeitados, repensando-se assim as condições para que estes direitos sejam assegurados nos contextos nos quais está inserida.

Mesmo com estas mudanças, se constata que em alguns lugares no mundo, como citado no caso da Itália, algumas coisas ainda parecem se constituir de forma muito parecida, fazendo com que se possa refletir sobre a forma como a sociedade tem lidado com suas crianças e também suas dificuldades frente aos filhos.

Percebe-se que, de acordo com diversos estudos (Silva, 2004 apud Siqueira; Dell'Aglio, 2006) a situação de institucionalização pode ou não oferecer riscos para o desenvolvimento e constituição do sujeito psíquico, dependendo da adequação desse ambiente às necessidades destas crianças principalmente no que se refere às demandas emocionais deste público de característica tão particular.

O abandono e a separação da família de origem, aparece muitas vezes nos textos lidos como criador de sofrimento psíquico, mas isso não impede que muitas crianças e adolescentes, através de um cuidado adequado e afetuoso, possam superar as condições de exclusão e desta forma criar novos sentidos, novas histórias para sua vida.

Para que isto aconteça, se mostrou extremamente importante um olhar apurado sobre a instituição e os cuidadores que nela se inserem, de forma a também serem olhados com cuidado, oferecendo espaços onde possam realizar aperfeiçoamentos e trocas, com o intuito de aprenderem sobre o desenvolvimento das crianças e adolescentes e demais questões importantes a sua subjetividade, mas também com o objetivo de se refletir sobre seus sentimentos e condições emocionais suscitadas no cuidado a estes sujeitos em formação.

Siqueira, Dell'Aglio (2006), refletem sobre a relação estabelecida com os monitores, cuidadores como papel central na vida das crianças e dos adolescentes abrigados, à medida que estes adultos que assumirão o papel de orientá-los e protegê-los, constituindo, neste momento, os seus modelos identificatórios.

Neste sentido, as autoras falando sobre os estudos de Bazon e Biasoli-Alves (2000) trazem a importância dos cursos de formação, oficinas, ou espaço de trocas destinados aos profissionais cuidadores, visto que a satisfação profissional está ligada diretamente à qualidade de seu trabalho na instituição.

Faz-se importante pensar em políticas públicas que possam repensar as discussões frente ao abrigo das crianças e adolescentes e também os processos de adoção, pensando em formas que não levem tanto tempo para que decisões possam ser tomadas quanto ao destino de cada criança acolhida nas instituições, fazendo com que sua referência única e por muito tempo seja o abrigo, conforme já explicitado no estudos de Siqueira, Dell'Aglio (2006) , pensando a instituição como espaço central na vida dessas crianças e portanto se fazendo extremamente necessário investir nesses espaços para que realmente possam atuar como espaços saudáveis, de relações afetuosas e estáveis e nos quais os processos de desinstitucionalização também são pensados.

Ainda, se poderia refletir neste mesmo sentido sobre outras formas de intervenção junto às famílias em diversas condições de vulnerabilidade as quais fazem com que seja instalado o abandono ou a retirada dos filhos por parte das instituições responsáveis por sua proteção, evitando assim institucionalizações precoces que geram o afastamento das famílias.

Pouco se encontrou, nos estudos analisados, trabalhos voltados à restituição das crianças às suas famílias de origem. Compreendendo, assim, a necessidade de se pensar em trabalhos que pudessem ajudar as famílias a se organizarem e se constituírem como vínculos saudáveis e seguros a seus filhos, não tendo que repassar esta responsabilidade a terceiros como as instituições do Estado.

Talvez muitas famílias realmente não tenham condições emocionais e financeiras para poderem dar conta de seus filhos, mas muitas delas, com ajuda especializada, monitoramento e apoio das redes de saúde e demais redes envolvidas no cuidado e proteção a infância, talvez pudessem fornecer melhores condições a suas crianças e adolescentes. Neste sentido, não se encontraram estudos falando dos sentimentos destas famílias frente a estas situações, se

percebendo muitas vezes os mesmos no senso comum ou na visão de alguns profissionais enquanto atitudes de crítica e julgamento para com estes sujeitos.

Com relação ao papel do atendimento psicológico de viés psicanalítico, constata-se sua importância para a elaboração das vivências das crianças e adolescentes em situação de abrigo, fazendo com que posteriormente possam ressignificar suas histórias e seguirem novos caminhos.

Sugere-se que também possam ser pensadas em outras contribuições da psicologia à temática da institucionalização na infância, pensando, em um primeiro momento, em um suporte às instituições de acolhimento e também aos profissionais responsáveis pelo cuidado a este público.

Novos estudos e com diferentes focos se fazem importantes e necessários visto que o tema da infância vinculado à institucionalização se faz extremamente rico e vasto e pode ser abordado em vários aspectos, não se esgotando de forma alguma.

Becoming a subject in childhood , thinking the question of " sheltering "

ABSTRACT

This article aims to reflect, through a literature study, some aspects related to institutionalization in childhood. Your goals are: to reflect about some key issues involving early child development, historically examine institutions for the reception of children in situations of neglect and/or abandonment, and think in possible contributions of psychological care with a psychoanalytical view to redefinition the stories of children living in shelters, as well as opening up new possibilities and meanings in their life trajectories. Became important to reflect on the recent history of juvenile abandonment as part of Brazilian history, thus also considering the creation of the Children and Adolescents Statute that came to be constituted only in 1990. It appears that the situation of institutionalization may or may not present a risk for the development and constitution of the subject, depending on how the shelter environment will respond to your needs and particularities. For this to happen you realize the importance of psychological care as a space of redefinition for many children, but not limited to it, thinking of new ways of contribution of psychology to the shelters environments. Thus, it is necessary a careful look at the institution and

caregivers, providing spaces for training and exchanges, where the psychologist can act as a facilitator. Also doing important new findings on the conditions of families in which children are removed for one reason or another, searching for new interventions that may be avoided premature institutionalization. Suggest new studies since living in shelters in childhood is an extremely vast and rich theme to be reflected

Keywords : Childhood . Constitution of Psychic Subject. Shelters. Psychological care

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Ana Celina Garcia. **Psicoterapia com crianças e adolescentes institucionalizados**. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2006.

ARPINI, Dorian Mônica. Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 23, n. 1, mar. 2003. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932003000100&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 19 nov. 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: 70.ed., 1977.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)**. Diário Oficial da União. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Palácio do Planalto.

BOWLBY, John. (1981). **Cuidados maternos e saúde mental**. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1976)

CHEMAMA, Roland. **Depressão, a grande neurose contemporânea**. Porto Alegre, RS: CMC, 2007.

HOYER, Cristina. Os riscos na constituição psíquica. In: **I Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental, e VIII Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental**. Belém (Pará). 2006. Disponível em: <<http://www.fundamentalpsychopathology.org/anais2006/4.59.3.2.htm>> Acesso em: Setembro, 2013.

LEVISKY, David Léo; VASCONCELLOS, Amélia Thereza de Moura; BLAY, Eva Alterman; SMEKE, Elizabeth L. M. **Adolescência e violência: conseqüências da realidade brasileira**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1997.

MAHLER, Margaret. **O Processo de separação-indivuação**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1982.

MARQUES, Cláudia Maria Leal, CANO, Maria Aparecida Tedeschi, VANDRUSCOLO, Telma Sanchez. A percepção dos cuidadores sociais de crianças em abrigos em relação ao processo do cuidar. **Serviço Social & Realidade**, Franca, 22 16(2): 22-41,2007. Disponível em: <http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/download/102/122>. Acesso em: 19 Nov.2013.

OLIVEIRA, Denise Cristina. Análise De Conteúdo Temático-Categorial: Uma Proposta De Sistematização **Rev. Enferm. Uerj**, Rio De Janeiro, 2008 Out/Dez; 16(4):569-76. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:0USzUFIPCjEJ:www.facen.f.uerj.br/v16n4/v16n4a19.pdf+&cd=1&hl=en&ct=clnk&gl=br> Acesso em: Novembro,2013.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, Abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822006000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 Nov. 2013.

SOUZA NETO, João Clemente de. **Crianças e adolescentes abandonados: estratégias de sobrevivência**. São Paulo: Arte Impressa, 2002.

STAHLSCHMIDT, Ana Paula Melchior. CINTRA, Mirela. SVIRSKI, Ana Carolina C. N. A reinvenção da roda. **Revista APOA. Psicanálise e Saúde Pública**.Nº 158 – ANO XIV. Junho- 2007.

VECTORE, Célia; CARVALHO, Cíntia. Um olhar sobre o abrigo: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. **Psicol. Esc. Educ.** (Impr.), Campinas , v. 12, n. 2, Dez. 2008 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572008000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 Oct. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572008000200015>.

WINNICOTT, Donald Woods. **O Ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre,RS: Artes médicas, 1988.

_____. **O Brincar e a realidade**. 5ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1975.

_____. **Privação e delinqüência**. São Paulo: WMF Martins Fontes: 2012.